

MOVIMENTOS DE * TRABALHADORES RURAIIS NO NORDESTE

Maria Lia Corrêa de Araújo Pandolfi
Mestre em Sociologia e Pesquisadora
da Fundação Joaquim Nabuco

Introdução

A análise dos movimentos sociais no campo, considerando-se a última década e todo o processo de desenvolvimento econômico característico da realidade brasileira, leva à reflexão sobre a diversidade quanto às suas formas de organização e de expressão.

O Nordeste rural brasileiro possui as marcas de um desenvolvimento capitalista desigual e contraditório que se afirma tanto pela modernização tecnológica de setores produtivos, como por meios da preservação de formas de ocupação e uso do solo (latifúndio, parceria, sistema da morada), em tese, inadequadas aos atuais padrões da acumulação capitalista. E a partir desse quadro onde se identificam relações variadas, embora subordinadas às determinações do modo de produção capitalista, é forçoso abordar a população nordestina como composta por classes sociais em formação ^{1/}, o que dificulta a identificação dos agentes sociais que compõem os movimentos sociais.

A tendência, apontada por alguns autores ^{2/}, à expropriação dos pequenos produtores e à conseqüente proletarianização desse segmento não se realiza de maneira uniforme por toda a região. Se em algumas áreas, como a zona canavieira, onde a monocultura impôs a proletarianização com a formação de amplos contingentes de mão-de-obra volante (bóias-frias) o processo de

* Artigo elaborado especialmente para o Projeto Movimentos Sociais no Brasil que integra programa maior sobre Perspectivas da América Latina, coordenado pela Universidade das Nações Unidas. Registro o apoio do Prof. Antônio Paulo Rezende que pacientemente leu e discutiu alguns pontos deste trabalho.

expropriação se completa, em outras, preservam-se até hoje relações de trabalho ainda bastante distanciadas do total assalariamento. O parceiro ou o morador que ocupa terras alheias em troca da prestação de dias de serviço gratuito ou eventuais e mal pagos, o comodatário que recebe área de terra para o cultivo por conta própria sem nada pagar pela ocupação, constituem formas de trabalho que engendram relações específicas de subordinação e exploração, o que, na prática, conduz a aspirações e reivindicações referidas à terra, jamais a questões trabalhistas.

Os movimentos sociais, surgidos após 1970 no Nordeste rural, refletem a pluralidade e a complexidade das relações sociais. Podem se exprimir através de greves, como as ocorridas em 1979, 1980 e 1982 na zona da mata de Pernambuco, Paraíba e, também, na região de Vitória da Conquista, na Bahia, ou através da ocupação de terras, ou ainda como instrumento de reivindicações de pequenos produtores atingidos pela construção de grandes obras públicas, como as barragens, e pela grande seca havida entre 1979 e 1984.

Como movimentos sociais entende-se a ação coletiva orientada por um projeto de transformação da sociedade, tendo como apoio uma base organizativa 3/. A organização e a direção das mobilizações populares se constituem, sob essa perspectiva, em elemento definidor dos movimentos sociais. Tal acepção leva à exclusão das invasões e saques de armazéns e feiras em cidades sertanejas atingidas pela seca do estudo dos movimentos sociais no Nordeste. Justifica-se esse procedimento pelo fato de os saques se caracterizarem como manifestações com objetivos imediatos que expressam um estado de total privação de alimentos e trabalho. Trata-se, na verdade, de formas de "agitação social" 4/ na medida em que não possuem estrutura organizacional definida, não podendo ser identificadas como parte do projeto político dos trabalhadores rurais da região. Consistiriam os saques em formas de luta que, tendo como determinantes as precárias condições de vida da população em situação de crise na produção decorrente de secas, podem ocorrer de maneira mais ou menos espontânea ou sob a orientação de outros movimentos ou entidades.

O sindicalismo, enquanto instituição, também não deve ser definido como um movimento social, sob o risco de se atribuir essa condição à burocracia ou ao assistencialismo encontrados nas entidades sindicais menos atuantes. Os sindicatos rurais têm demonstrado, contudo, ser o ponto de convergência de muitas lutas envolvendo trabalhadores rurais e, nesse sentido, incorporam a dinâmica processual dos conflitos e veiculam as propostas dos trabalhadores assalariados e pequenos produtores rurais, ações que se inserem no contexto da luta de classes.

1. Intervenção do Estado: Influência sobre a organização dos trabalhadores rurais.

A partir dos anos 70, no Nordeste, observa-se a redefinição dos antigos parâmetros que nortearam a intervenção do Estado até então. A princípio, resposta a situações de calamidade pública, provocadas sobretudo pelas periódicas secas que assolam a região, a política estatal restringia-se a investir

recursos na construção de estradas e açudes, onde eram empregados milhares de trabalhadores sertanejos que formavam as denominadas frentes de serviço 5/. Com a aceleração do processo de modernização da agricultura, o Estado passa a intervir através de políticas específicas voltadas para a difusão de tecnologia mais avançada no setor agropecuário. Como expressão dessa nova postura, surgem os programas especiais objetivando promover o desenvolvimento agrícola atendendo prioritariamente aos interesses do grande capital industrial e financeiro 6/.

Inicia-se em 1979 uma grande seca, cuja duração se estende pelos cinco anos seguintes, e mais uma vez o Estado volta a implementar o programa de emergência, o qual assume nesse ano direcionamento realmente inovador face aos anteriores. Introduce-se, então, a execução de obras, financiadas com o dinheiro público, no interior das propriedades privadas. O plano de atendimento aos atingidos pela seca revela mais claramente o favorecimento às classes dominantes da região, ao mesmo tempo em que vem complementar as demais políticas de modernização da agricultura 7/.

As intervenções que acontecem em momentos de seca correspondem, por um lado, à resposta que o Governo dá às reivindicações de setores da classe dominante (proprietários rurais), e, de outro, à tentativa de, através da geração de empregos (frentes de emergência) conter possíveis situações de conflito ou tensão sociais. De maneira geral, pode-se identificar as intervenções do Estado a partir de uma dupla perspectiva: a) como repressão aos conflitos ou controle dos casos de tensão social; b) como resultado de demandas inerentes às necessidades de expansão do capital, o tipo de política do Estado pode se apresentar como gerador de conflitos, na medida em que contribui para mudar qualitativamente as relações sociais.

A análise dos movimentos sociais sob o enfoque do Estado enquanto mediador das relações sociais - a presença do Estado desvia o eixo central da luta de classes 8/, no momento em que passa a ser encarado pelos trabalhadores rurais como principal adversário - pode conduzir à subvalorização dos principais agentes que estão diretamente envolvidos no conflito. A revelação e repercussões dos casos de tensão social contribuem para a formação de uma identidade de classe 9/, o que se torna mais perceptível com relação aos pequenos produtores rurais, camada social onde se agregam vários segmentos: pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, moradores e assalariados temporários. É, com maior frequência, a partir ou no curso das próprias lutas empreendidas que esse campesinato se organiza e desenvolve um projeto político que permite a apreensão de suas reivindicações enquanto classe social se contrapondo tanto à apropriação de terras pela burguesia, como à expansão de um tipo de modernização do processo produtivo que corresponde, na sua essência, a interesses do grande capital. A luta de classes explicita-se, assim, mais intensamente, nos momentos de crise na produção, como as secas periódicas que ocorrem no Nordeste, e nos enfrentamentos mais diretamente vinculados à questão da terra.

E, no processo de luta, clarificam-se também as posições dos aliados, identificam-se os adversários.

Trata-se, contudo, de conflitos inscritos no contraditório processo de

desenvolvimento da agropecuária regional, onde a presença do Estado ao mesmo tempo em que mediatiza, dissimula relações de interação e de confronto. Muitas lutas nascem e desenrolam-se como resistência popular à política de intervenção do Estado e, nessas circunstâncias, o Estado, ou mais precisamente aparelhos da burocracia estatal, são reconhecidos como os opositores mais visíveis. Na evolução do conflito, a essa imagem inicial, ainda incompleta e desfocada, vão se incorporando as relações menos aparentes entre o Estado e os grupos dominantes locais ou nacionais, revelam-se os compromissos e alianças entre a burguesia e os proprietários de terra e suas conseqüências sobre a política estatal.

Nas áreas onde predominam as relações assalariadas, o confronto direto com o patrão estabelece claramente os contornos do conflito de classes. A agricultura de exportação - cana, café, cacau - a exigir elevado número de trabalhadores, sobretudo nos períodos de safra, apresentou-se com o ambiente privilegiado para os investimentos do capital, cujo processo de acumulação implicou a substituição das antigas relações de moradia pelo trabalho assalariado. Este é um processo que encontra seu maior pique após os anos 1950, quando avolumam-se, na zona canavieira, os casos de expulsão de mão-de-obra residente nas propriedades 10/. A crescente proletarização que se inicia através da expropriação dos foreiros e moradores contribui para a formação de entidades de classe na região. Em meados da década de 50 são criadas as Ligas Camponesas e, nos começos da década seguinte, são fundados os sindicatos rurais 11/.

Com o golpe militar de 1964, a repressão se abate sobre as organizações de trabalhadores rurais, dizimando suas lideranças, liquidando-as politicamente. Os Sindicatos, contudo, não morrem. O assistencialismo, paulatinamente passa a absorver todos os esforços das diretorias que assumem no pós-64. Característica esta que se consolida em 1971 com o FUNRURAL (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural).

O agravamento das condições de vida e de trabalho na lavoura canavieira e o renascer do sindicalismo mais combativo, a nível nacional trazendo de volta, à cena política, os trabalhadores canavieiros, vão rompendo, assim, o ciclo repressivo que amorteceu as atividades sindicais. E os sindicatos rurais responsáveis pelas mobilizações que culminam na greve de 1979 carregam em si os traços das mudanças ocorridas ao nível da estrutura sócio-econômica. Incluem-se, então, entre os seus associados uma nova categoria de trabalhador: o volante, ou seja, tipo de mão-de-obra que é contratada através de intermediários - empreiteiros - como forma de eximir os proprietários dos custos relativos às obrigações trabalhistas. Desse modo, novas reivindicações passam a compor a pauta de luta do movimento sindical: exigência da contratação formal dos trabalhadores volantes, respeito à tabela de preços por tarefa realizada na lavoura canavieira, entre inúmeras outras que são objeto de negociação coletiva com os patrões.

2. Caráter dos Movimentos Sociais: do Espontâneo à organização

Tomando-se como pressuposto o conceito de movimentos sociais' res-

trito aos limites da organização interna, não significa desconhecer a importância do elemento espontâneo como desencadeador de lutas de resistência. Dados de realidade nos revelam situações em que o movimento irrompe em razão de uma necessidade que força trabalhadores rurais, em determinadas áreas, a reagirem na tentativa de assegurar direitos - como o acesso à terra ou à alimentação - ou para reivindicarem melhoria nas condições de vida. A ilustrar essa ocorrência estariam os casos de saques a feiras e armazéns praticados durante as secas, a ocupação de terras públicas e privadas e a interrupção de obras de construção de grandes barragens ^{12/}. Algumas dessas manifestações surgem como resposta imediata a uma crise conjuntural, mas se constituem, no processo de luta, em embriões de movimentos mais estruturados - nos quais se identificam direção e projeto - que apresentam maior permanência, ou seja, que possuem um sentido de continuidade. Não se trata, contudo, da existência de uma seqüência linear de fatos e ações políticas ou meramente reivindicativas que se sucedem no tempo. Cada movimento social passa necessariamente por períodos de refluxo - com relação ao movimento sindical essas fases coincidiram com a maior burocratização, com a ênfase nas questões internas ou no assistencialismo -, quando as ações coletivas tornar-se-ão esporádicas ou ausentes.

A espontaneidade motivadora de saques, de invasões de cidades, de paralisação de obras públicas deve ser entendida sob uma acepção abrangente. Ou seja, o clima de tensão social leva à explosão de conflitos que têm como suposto a ameaça a uma ordem social percebida e desejada pelos participantes. Fatos concretos, objetivos, retiram da inércia contingentes de trabalhadores que chegam a se engajar em lutas sem que preexistam uma organização prévia ou uma verdadeira consciência da amplitude do problema. Assim sendo, é comum reconhecer-se, entre os participantes das mobilizações, onde se destaca o elemento espontâneo, assessores e mesmo instituições como a Igreja Católica ou os próprios sindicatos.

A influência que indiretamente - na medida em que não dirigem a luta - exercem esses setores vanguardistas não se pode medir com facilidade, embora nos leve a refletir sobre uma possível caracterização desses acontecimentos como formas de lutas empreendidas por entidades de trabalhadores ou seus aliados. Outra alternativa de raciocínio conduz ao seguinte pensamento: algumas dessas lutas eclodiriam independentemente de qualquer assessoria vinda de fora. Isto se explicaria pela memória possuída de lutas passadas e pelas agressões que, no presente, prenunciam mudanças radicais no modo de vida desses setores da população.

Podem-se configurar situações em que o processo de organização revela-se como conseqüência da luta em si, como carência sentida pelos participantes que os leva a fundar entidades, ou a pressionar os sindicatos imobilistas, ou ainda como decorrência de uma tomada de consciência por parte dos dirigentes sindicais.

3. Formas de expressão dos Movimentos Sociais no Nordeste Rural (1970 - 1984)

Os movimentos de trabalhadores rurais, no Nordeste, surgem articulados a duas questões básicas:

1. **Terra** - acesso ou manutenção da posse.

2. **Salário e Condições de Trabalho.**

A partir desses dois grandes fatores mobilizadores estruturam-se os movimentos sociais no campo, os quais encontram sua principal base organizativa nos sindicatos, apesar de se registrarem conflitos que se desenvolvem à margem ou à revelia dos sindicatos.

O caráter verticalista da organização sindical no campo, apoiado na hierarquia que subordina as decisões a instâncias - cuja base são os sindicatos, passando pelas Federações e tendo como órgão máximo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG - tem atuado em dois sentidos: por um lado, contribuir para a difusão de orientações ao mesmo tempo em que assegura relativo apoio a lutas localizadas, por outro, inibe a formação de movimentos dotados de autonomia que buscam atuar nas áreas onde os sindicatos não fazem o trabalho de mobilização. Esses movimentos são acusados freqüentemente de "paralelismo sindical", opinião que denota a hegemonia do movimento sindical no interior das lutas sociais que se desenvolvem no último decênio.

Nos anos 70, os sindicatos rurais apresentam notável crescimento. Muitas entidades são fundadas em municípios onde antes não existiam, mas a principal novidade desse período é a renovação da antiga estrutura, bastante marcada pelo assistencialismo que atinge seu ponto máximo após 1971, com a criação do FUNRURAL. Quando em 1979, o III Congresso dos Trabalhadores Rurais decide avançar o trabalho sindical através da ênfase na educação sindical voltada para as bases e na opção pelas ações coletivas 13/, abre-se o espaço para a condução de lutas que antes escapavam à direção dos sindicatos por conta da postura extremamente "legalista" que essas entidades defendiam.

A intensificação das lutas sindicais no campo nordestino relaciona-se, a nível mais geral, com a eclosão de lutas e mobilizações por todo o País, o que insere as diversas formas de participação popular no processo de redemocratização do Brasil. O arrefecimento da repressão policial-militar que dizimou organizações populares no pós-64 é fato que favorece o encaminhamento de lutas reivindicativas, que conduzidas, em grande parte, pelos sindicatos, vão se transformando em veículos de participação política dos assalariados e pequenos produtores do campo.

O processo de desenvolvimento que atinge a agricultura nordestina tem acirrado as lutas pela terra. Muita violência se esconde por trás desses conflitos. Alguns chegam a ser denunciados e divulgados pela imprensa, pelos sindicatos, pela Igreja ou outras entidades. Mas com certeza, há fatos por serem ainda revelados.

Em documento publicado pela CONTAG, em 1981 14/, estão relacionados vários conflitos ocorridos no Nordeste.

CONFLITOS DE TERRA NO NORDESTE DENUNCIADOS EM 1980

Estado	F
Maranhão	12
Ceará	3
Pernambuco	5
Paráiba	10
Sergipe	1
Bahia	5
Total	36

FONTE: CONTAG (Dados retirados das informações gerais sobre os conflitos de terra no Brasil publicadas em **As lutas camponesas no Brasil - 1980**).

Conforme denúncia do movimento sindical de trabalhadores rurais, a violência que se abate sobre o campo atingiu em 1980 trabalhadores e lideranças envolvidas em questões relativas à posse de terra.

CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA TRABALHADORES NORDESTINOS, POR TIPO DE AGRESSÃO - 1980

Estado	Tipo de Agressão	Nº de Trabalhadores atingidos
Pernambuco	Assassinato	1
	prisão	1
	sequestro	1
Maranhão	assassinato	4
	prisão	vários
	preseguição	1
	interferência do Prefeito na eleição do STR	1
Sergipe	Prisão	6
Bahia	Invasão de domicílio	1

FONTE: CONTAG (**As Lutas Camponesas no Brasil - 1980**)

Todas essas denúncias demonstram que a organização dos trabalhadores rurais era, em 80, objeto de reações variadas. Embora o registro dos fatos refira-se a um único ano, é mais do que evidente que a eclosão dos conflitos repousa numa soma de acontecimentos e servem de indicadores do crescimento do movimento sindical.

Várias manifestações de protesto e reivindicação foram promovidas pelos sindicatos rurais, principalmente a partir de 1979.

Em 1979, houve greves (canavieiros de Pernambuco) e concentrações de trabalhadores rurais. Em Petrolândia (PE) e em Quixeramobim melhores condições para o reassentamento das 7.000 famílias atingidas pela barragem de Itaparica e, no Ceará, protestava-se contra os 15 anos de desrespeito ao Estatuto da Terra 15/.

O ano de 1980 aparece pontilhado de atos públicos espalhados por todo Nordeste, como parte de um programa sindical voltado para a difusão das lutas - de posseiros, de trabalhadores atingidos por barragens e pela seca, e, ainda, contra as arbitrariedades do poder público e privado - e a busca de sensibilização da opinião pública. Podemos mencionar as manifestações havidas em Santa Luzia (MA - 3.000 participantes); em Igarassu (PE - 5.000 participantes); em Correntes (PE - 3.500 participantes); Alhandra (PB - 4.000 trabalhadores); Açú (RN - 20.000 trabalhadores); Petrolândia e Itacuruba (PE - 5.000 e 4.000 participantes), entre outras.

A maior mobilização contudo, é aquela que envolve os assalariados da cana-de-açúcar em Pernambuco, cerca de 200.000 trabalhadores, que após a realização de assembléias nos municípios da zona da mata resolvem iniciar mais um movimento paredista 16/. Na Bahia, os catadores de café também realizam uma greve objetivando conseguir melhores condições salariais e de trabalho.

A partir de 1980-81, observa-se o aguçamento dos conflitos. Pelos menos é o que se podem deduzir dos dados que retratam a violência no campo e das freqüentes manifestações de protesto encabeçadas por agricultores e assalariados rurais. Em janeiro de 1985, durante o Congresso Nacional dos Trabalhadores sem Terra, é divulgado documento descritivo de vários casos de assassinatos cometidos por grileiros, grandes proprietários ou seus prepostos. Com base nesses dados, que resultam de levantamento feito pelo Movimento dos Sem Terra nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra e em publicações do movimento popular, destacamos a parte referente a crimes praticados no Nordeste.

As agressões consumadas sob a forma de assassinatos, ameaças, espancamentos, seqüestros e prisões são aspectos de uma violência bem mais abrangente que atinge tanto lideranças sindicais ou de movimentos localizados - tipo de reação ao trabalho de organização dos trabalhadores -, como agricultores que resistem individualmente à expropriação e seus familiares. Nos levantamentos realizados pela Comissão Pastoral da Terra, encontramos detalhadas as muitas faces assumidas pela violência, além dessas já citadas: casas incendiadas ou destruídas, despejo judicial, expulsão, destruição de cercas e de lavouras, invasão de áreas indígenas, invasões de domicílio, ofensas morais e apreensão de instrumentos de trabalho dos camponeses. As intimi-

**CONFLITOS DE TERRA NO NORDESTE: NÚMERO DE
ASSASSINATOS DE LAVRADORES, POR ANO E POR ESTADO -
1982-84**

Estado	1982	1983	1984	Total
Alagoas	-	1	3	4
Bahia	7	18	16	41
Ceará	2	-	2	4
Maranhão	11	7	15	33
Paraná	1	2	3	6
Pernambuco	2	3	8	13
Rio Grande do Norte	-	-	1	1
Nordeste	23	31	48	102

FONTE: Movimento dos Sem Terra. **Assassinatos no campo; crimes e impunidades: 1982, 1983 e 1984.** Curitiba, 1º Congresso Nacional, 29-31 de janeiro/1985.

dações muitas vezes se completam respaldadas na força policial, à qual recorrem os grandes proprietários quando desejam expulsar posseiros ou moradores.

A luta pela terra é resultado da crescente concentração da propriedade fundiária, ao que se acrescentam as políticas agrárias e agrícolas que tendem a penalizar o minifúndio, favorecendo a grande propriedade através de incentivos variados à produção. As proporções dos problemas decorrentes da falta ou da insuficiência de terras para a produção em pequenas escolas, voltada basicamente para as culturas alimentares, referenciam as reivindicações pela Reforma Agrária, que se constitui na grande bandeira de luta das classes trabalhadoras do campo. Seria esse o ponto de convergência das diversas lutas, caracterizando-se a terra como o fator de união entre os segmentos sociais subordinados da zona rural.

No âmbito dessa luta maior pela preservação ou pelo acesso à terra, desenrolam-se situações de confronto entre trabalhadores e proprietários:

a) mobilizações dos parceiros contra o aumento da renda da terra. Esse tipo de mobilização surge com a maior evidência no Ceará, localizando-se nos municípios de Quixadá, Quixeramobim, Aratuba e Canindé as primeiras reações às alterações estabelecidas pelos donos das terras quanto à forma de cobrança da renda.

A atuação mais organizada dos parceiros se inicia em 1978, quando os sindicatos rurais e Comunidades Eclesiais de Base - CEB's - começam a intervir no processo de luta 17/.

- b) mobilizações pela maior participação nos programas governamentais, particularmente o programa de emergência das secas 1979-84, através da redefinição dos critérios de alocação dos recursos.

A última seca nordestina se constituiu em importante elemento desencadeador de muitas lutas. O favorecimento dos grandes proprietários – o plano de emergência adotado pelo Governo Federal nesse período permitia a apropriação da maior fatia dos recursos por parte desse segmento social – e a pauperização agravada pela longa estiagem concorrem para a intensificação das atividades sindicais. Em Pernambuco, os sindicatos de trabalhadores rurais sertanejos passam a desempenhar papel fundamental na condução das campanhas reivindicativas por trabalho, melhores salários, participação na execução e fiscalização do programa. Na Paraíba e no Ceará, algumas lutas, que se manifestam coletivamente através de saques, invasões de cidade, concentrações em praça pública contam com substancial apoio dos sindicatos, embora se registrem em maior proporção, com relação a Pernambuco, mobilizações que fogem ao controle sindical.

Destaque-se que a Igreja Católica mostra-se muito mais presente nesse Estado e que sua influência nessas lutas foi decisiva.

As mobilizações circunscritas à área da seca obtiveram conquistas, além do ganho maior da organização dos trabalhadores numa região reconhecidamente arisca às manifestações populares **18/**, como a inclusão das mulheres entre os empregados nas frentes de trabalho, a construção de obras comunitárias e relativo poder de interferência e fiscalização na implantação do programa de emergência.

A seca, como fenômeno climático que provoca uma crise ao nível da produção agrícola, revelou a fragilidade da pequena produção da região sertaneja. Este dado é importante para se compreender a inter-relação entre o plano de emergência e a luta pela terra, a qual aparecia entre as reivindicações apresentadas em vários documentos elaborados pelos movimentos de trabalhadores de maneira nem sempre explícita. Porém, é preciso ultrapassar a análise das aparências e perceber que estava em jogo um processo de modernização das propriedades latifundiárias – inversão de parte da verba do programa de emergência em obras de infra-estrutura – e uma muito provável redefinição das regras tradicionais de ocupação do solo. A exemplificar este caso podemos citar o rompimento dos contratos de parceria e o aumento da renda da terra cobrada pelos proprietários aos pequenos produtores, inclusive parceiros.

- c) mobilizações dos pequenos produtores atingidos pela construção de grandes barragens.

Após 1975, começam a se estruturar manifestações contrárias ao autoritarismo que marca a construção das grandes barragens. O mais revelador dos movimentos vinculados a essa problemática, pela difusão ampliada de suas reivindicações, é aquela que se organiza na área de influência da barragem de Itaparica. Oito municípios situados nos Estados de Pernambuco e da Bahia serão parcialmente inundados ao término do reservatório, atingindo

cerca de 7.000 famílias só na zona rural. As lutas, que nos primeiros momentos assumem caráter quase que espontâneo devido à inexistência de formas organizativas mais sólidas e de orientações políticas nítidas – apoiavam-se em fatores imediatos representados pela ameaça de perda da terra de trabalho –, serviram para formar uma nova consciência sobre os direitos possuídos pela população ali residente.

O sindicalismo é a grande força atuante na área, embora a Igreja venha prestando visível apoio prático. Da perspectiva das orientações ou visão de mundo sobre as quais repousam as propostas defendidas pelo movimento, observa-se que a caracterização dos explorados e exploradores ou a democracia pela base como pressuposto para a legitimação de decisões, entre outros aspectos, confirmam a inspiração buscada pelos trabalhadores no trabalho pastoral da Igreja.

d) mobilizações de parceiros, de reivindicação ou de protesto, contra a política administrativa em Projetos de irrigação.

Como desconhecemos relatos mais minuciosos de mobilizações específicas desse setor, preferimos apenas destacar a existência de um descontentamento dos trabalhadores rurais vinculados a projetos dessa natureza. Tal fato pôde ser identificado em relatórios do movimento sindical de Pernambuco, onde encontramos denunciada a insatisfação de parceiros quanto ao controle autoritário que o Governo exerce sobre esses projetos.

4. Movimentos Sociais Rurais: Mediação e Articulação Política.

O reaparecimento, no cenário político nacional, das forças populares do campo, nos anos 70, assinala mudanças ocorridas ao longo dos anos do autoritarismo militar. A organização da massa trabalhadora no pré-64 estava calcada no processo de transformações sócio-econômicas, o que contribuía para a localização desses movimentos rurais nas áreas onde verificava-se uma maior modernização das forças produtivas. Ao nível das orientações ideológicas, essas organizações – Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais – sugerem vertentes diferentes, embora ambas se coloquem em posição de confronto com o latifúndio.

O caráter mais autônomo das Ligas Camponesas conferia especificidade singular a esse movimento que se opunha diretamente à ordem vigente, através de propostas radicais de Reforma Agrária e aprovação de iniciativas que conduziam à violência da luta armada. Nos sindicatos, conviviam forças políticas vinculadas a setores da Igreja, ao Partido Comunista e aos Governos Federal e Estaduais.

Com a eclosão dos movimentos nos anos 70, novos parceiros políticos podem ser identificados. O Partido Comunista, em decorrência, em parte, da repressão da qual foi alvo, afasta-se da prática da organização e mobilização dos camponeses e assalariados do campo. O Estado, que durante o período populista assume uma posição ambígua frente aos movimentos populares – onde se confundiam práticas de aliado com a efetiva busca de controle dos

movimentos -, nos anos 70, apresenta-se vincadamente autoritário e como grande adversário dos trabalhadores rurais.

As grandes forças mediadoras dos conflitos ocorridos na última década têm sido a Igreja Católica, enquanto trabalho de conscientização em torno dos direitos e de mobilização, e os sindicatos rurais, enquanto organização fundamental e nacional dos trabalhadores do campo. A inexistência de propostas e posturas partidárias nitidamente solidárias aos interesses e reivindicações dos trabalhadores rurais (lembre-se que os partidos de esquerda estavam, no início dos anos 70, proscritos da luta política), faz com que os sindicatos assumam um rol de atividades que ultrapassa o limite das reivindicações econômicas. O econômico e o político estão entremeados, inseparáveis, na grande maioria dos conflitos conduzidos ou coordenados pelo movimento sindical. Ressalte-se que o trabalho sindical quase sempre esteve circunscrito ao espaço da legalidade das ações. As reivindicações têm por base as normas legais: o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, entre outras.

O crescimento das mobilizações no campo retrata, portanto, a importância da estrutura organizativa dos sindicatos e a força do trabalho pastoral da Igreja na conscientização (formação de ideologia) dos trabalhadores rurais.

A única tentativa de natureza partidária, embora não se apresentasse como tal, no trabalho de conscientização e organização das massas rurais, foi a do CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, inspirada por militantes do Partido dos Trabalhadores. Como proposta de atuação destacavam-se os seguintes pontos:

- a) "ser uma organização de educadores que se dedique com todo empenho a desenvolver um trabalho em dois níveis: junto aos seus filiados e junto aos trabalhadores rurais em geral" 19/.
- b) "trabalhar para fortalecer o movimento sindical rural brasileiro, (...) no plano da consciência sindical e política dos trabalhadores rurais (e), no plano organizativo, no campo social e político".
- c) os educadores do CENTRU devem se colocar à disposição dos trabalhadores rurais, "sem assumir práticas autoritárias, vanguardistas e carreiristas, que prejudicam o trabalho, na medida em que não permitem o desenvolvimento autônomo dos trabalhadores rurais (...). (grifo nosso).
- d) "contribuir para que, no desenrolar das suas lutas e no processo educativo realizado, os trabalhadores identifiquem com clareza cada vez maior os seus inimigos de classe: a burguesia e o estado defensor dos seus interesses".

Os objetivos dessa entidade, fundada em novembro de 1980, não foram bem entendidos por algumas direções sindicais. Sob a acusação de "paralelismo sindical", o CENTRU tenta realizar um trabalho educativo em alguns municípios do Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Sua origem está bastante vinculada ao trabalho do Movimento de Educação de Base - MEB, no Maranhão, nos anos de 1961 a 1964. Não possuímos dados que permitam inferir a eficiência ou a inadequação das propostas do CENTRU. O que se verifica, concretamente, é que essa entidade não conseguiu se firmar como alternativa de organização dos trabalhadores e suas críticas às

direções sindicais, algumas delas eram apontadas como "pelegas", foram rebatidas sobretudo pela Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura de Pernambuco.

A atuação da Igreja na zona rural nordestina não se dá de maneira uniforme por toda a região. Em Pernambuco, por exemplo, inexistem trabalhos estruturados em segmentos da hierarquia da instituição, tal como se observa em outros Estados, onde organismos como a Comissão Pastoral de Terra vem exercendo funções de organização dos explorados do campo. Enquanto as Comunidades Eclesiais de Base têm presença marcante no conjunto das lutas empreendidas pelos trabalhadores rurais do Ceará, do Maranhão e da Bahia, em Pernambuco, cujo movimento sindical é bem mais forte do que nos outros locais, a igreja tem desempenhado com maior evidência funções de apoio e assessoria aos sindicatos. Sua influência é visível por toda a região, destacadamente ao nível da formação de lideranças e na educação de base, mas a direção dos movimentos sociais rurais fica no âmbito dos sindicatos, reproduzindo-se aqui debates e decisões tomadas nacionalmente. Nesse sentido, a atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG contribui para a articulação das mobilizações locais àquelas que se desenvolveram por todo o País.

Os movimentos sociais de trabalhadores rurais podem assumir caracterizações diversas, mas não opostas, conforme o tipo de mediação que neles seja predominante. A maior influência da Igreja, ou o contato mais próximo com representantes de partidos políticos, ou ainda a flexibilidade ou não no respeito às orientações emanadas das direções estaduais e nacional podem definir direcionamentos heterogêneos e formas de luta específicas.

Não devemos cair, todavia, na suposição de que existe uma límpida linha divisória a separar os movimentos de "Igreja" dos "sindicais"; fazer isto seria negar a interseção que há entre os dois grandes pólos de influência. Mais coerente nos parece admitir o movimento sindical como algo plural - quanto às ações e às orientações - que abriga várias lideranças formadas nos ensinamentos da Igreja integradas em um centralizado sistema organizacional que garante uma atuação relativamente integrada e una. As possíveis discordâncias internas subsistem subordinadas à palavra de ordem mais forte: a busca da unidade sindical.

À margem dos sindicatos situam-se apenas ações isoladas que quase nunca chegam a se constituir como movimentos sociais. Como mobilizações populares possuem a força do impacto sobre a sociedade, mas não têm o caráter de permanência e não prosseguem de modo autônomo e independente após terminada a ação (saques, invasão de terras e de cidades).

Mesmo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que só recentemente vem sendo articulado no Nordeste, apesar das críticas que faz às direções imobilistas, propõe-se a atuar dentro dos sindicatos 20/.

Com relação ao conjunto do movimento sindical, as organizações de trabalhadores rurais, em sua maioria e seguindo decisão da CONTAG, estão alinhadas com os setores representados pela Coordenação Nacional dos Trabalhadores - CONCLAT. Tal fato não impede, contudo, a participação de trabalhadores e lideranças sindicais rurais na Central Única dos Trabalhadores -

CUT. Mas estes constituem fração minoritária entre os sindicalistas rurais. E sob essa perspectiva nacional, é facilmente verificável a importância do trabalho desenvolvido pela FETAPE que, segundo SOARES (1985), consubstancia-se como núcleo mais mobilizado de todo o Nordeste: "Podemos inclusive afirmar que os sindicatos rurais da zona da Mata de Pernambuco e o sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo são os dois pólos mais expressivos do sindicalismo no Brasil, tanto pela capacidade de mobilização, como pela representatividade e inovação da atual estrutura sindical" 21/.

As análises sobre sindicalismo rural no Nordeste tendem a priorizar as questões relativas às lutas trabalhistas empreendidas pelos assalariados da cana. Foi exatamente essa categoria de trabalhador que pôs em prática o sindicalismo mais combativo no pré-64. Mas, como vimos anteriormente, a crescente concentração de terras levou inúmeros pequenos produtores agrícolas a engrossar as fileiras de militantes sindicais e novas questões e novas formas de luta são incorporadas à prática dos sindicatos. Hoje, encontramos nas áreas de pequena produção sindicatos tão preparados para a luta, quanto aqueles organizados na zona da Mata de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

As articulações dos movimentos sociais aqui tratados não se restringem ao âmbito de suas relações com a Igreja e os sindicatos rurais. No momento em que são rompidas as barreiras do isolamento, que conferem caráter extremamente localista a alguns casos de resistência, a busca de apoio contínuo junto a entidades comprometidas com os movimentos populares torna-se indispensável.

O contato com essas entidades nacionais e mesmo internacionais garante não apenas a divulgação das situações de conflito, como o intercâmbio entre participantes dos diversos movimentos sociais. Não é sem razão que um trabalhador sertanejo, entrevistado em função de uma pesquisa sobre sindicalismo no semi-árido, considera que conhecer outros locais de conflito e discutir com lideranças ou militantes de outras áreas constituem aspectos importantes em uma dinâmica de conscientização e de formação política dos trabalhadores.

E, diante da violência que tem caracterizado a reação das classes dominantes à organização e às lutas empreendidas pelos trabalhadores, o apoio externo consolida e amplia o ainda reduzido poder de barganha desses setores dominados.

Quando se realizou, em 1973, o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, buscava-se enfatizar as tarefas assistencialistas dos sindicatos rurais e uma atuação voltada "para dentro". Já em 1979, o III Congresso apresenta a opção por uma maior abertura do sindicato. São enfatizadas, então, as ações coletivas e a atuação torna-se mais pública. Essa evolução nas orientações que nortearam o sindicalismo rural nos ajudam a perceber as mudanças ocorridas na prática. Além das restrições legais às articulações entre entidades de classe e da proibição de um trabalho mais político dos sindicatos, havia, até 79, a preocupação rigorosa das lideranças sindicais rurais em afastar os riscos de intervenção que a legislação faz pesar sobre as organizações profissionais. Entretanto, a progressiva superação dos procedimentos

ditatoriais, quando a reorganização da sociedade civil como um todo torna-se um ato nacional, os sindicatos rurais começam a despertar para a possibilidade de romperem as barreiras do trabalho apenas no campo profissional. A crítica ao sindicalismo atrelado ao aparelho do Estado constitui o passo inicial para a transformação dos sindicatos rurais em efetivos instrumentos de luta. O congresso de 79 representa, portanto, essa ampliação do raio da ação sindical e os trabalhadores rurais passam a se engajar no "conjunto das lutas dos demais trabalhadores, ultrapassando os interesses imediatos da classe e apontando para possíveis aliados na luta política" 22/.

5. Formas de Luta

A opção pelas ações coletivas em 1979, que, por sua própria natureza, pressupõem mobilizações resultantes de um efetivo trabalho de base, renova substancialmente as práticas sindicais adotadas até então. E sob essa perspectiva, começam a se organizar delegacias de base nos sindicatos rurais, com o intuito de fortalecer as entidades e, de certa forma, aproximá-las das questões que emergiam nas comunidades de trabalhadores. Tanto nas áreas de predominância das relações assalariadas como naquelas onde a pequena produção se sobressai, o movimento sindical inicia ou expande a organização pela base, dentro dos engenhos de açúcar, nas fazendas, nos povoados de parceiros, pequenos proprietários, posseiros etc. Aos delegados de base, em alguns locais denominados animadores de comunidade, compete estabelecer elos de ligação entre os trabalhadores e a organização sindical, através da divulgação das atividades em curso e programadas e da realização de reuniões periódicas. Os delegados teriam ainda a função de fiscalizar e denunciar distorções observadas nas relações de trabalho, o que se insere como parte de uma luta constante pela aplicação das leis vigentes.

As mobilizações surgidas no período 1970-84 podem ser agrupadas considerando-se as seguintes formas de luta:

- a) ações coletivas: concentrações, passeatas, acampamentos, invasões de terra, greves.
- b) ações judiciais
- c) denúncias
- d) reivindicações
- e) negociação

Trata-se de lutas complementares entre si e voltadas para objetivos comuns: luta contra a expropriação e contra a exploração no trabalho.

A elaboração de documentos, dirigidos muitas vezes a órgãos do Governo, apresentando denúncias, e solicitando providências, tem se constituído em tarefa quase que cotidiana dos sindicatos. A divulgação de manifestos, por intermédio da grande imprensa ou em publicações dos próprios sindicatos ou do movimento popular, também é incentivada como forma de sensibilizar a população e de conseguir apoio externo.

Os atos públicos como as passeatas e as concentrações possuem gran-

de impacto político, o que os qualifica como instrumento de pressão valorizados pelos sindicalistas.

As greves ocorridas no Nordeste vêm demonstrar a força organizativa dos assalariados rurais, especialmente os canavieiros de Pernambuco, onde as paralisações dos últimos anos envolveram cerca de 240.000 trabalhadores. A negociação com os patrões é parte do processo de campanha salarial deflagrada pelos canavieiros e a greve tem consistido em recurso quase que inevitável diante das negativas de atendimento às reivindicações sindicais durante a negociação coletiva.

Considerações Finais.

A análise dos movimentos sociais de trabalhadores rurais no Nordeste é por demais dificultada pela ausência de estudos sistemáticos sobre o caráter e estágio atual desses fenômenos. Os levantamentos de dados em jornais e em documentos produzidos pelos próprios movimentos tornam-se alternativa que só encontra algum acréscimo na memória dos participantes que se consiga entrevistar.

O presente texto está, portanto, marcado pelas deficiências de informação. O fundamental para a percepção da dinâmica atual da atuação política dos trabalhadores rurais resta por ser elaborado: um mapeamento dos movimentos sociais rurais na região.

Embora incompleta, a análise aqui pretendida permite identificar alguns pontos de convergência entre os movimentos registrados no período 1970-84.

- a) Os sindicatos rurais detêm a hegemonia dos movimentos, enquanto base organizativa mais estruturada, e por conta da ausência de uma prática verdadeiramente partidária na área rural.
Os partidos funcionam muito mais como apoio eventual no encaminhamento das lutas.
- b) A Igreja Católica, através de seus setores mais progressistas como a CPT e a ACR, assume importante papel na emergência dos movimentos sociais no campo. Destaca-se, particularmente, o trabalho de educação e conscientização das massas trabalhadoras baseado na discussão sobre os direitos e legislação referente aos segmentos dominados do campo.
- c) Inexistem movimentos sociais totalmente descolados da estrutura sindical. São registradas apenas situações de conflito em que a privação de terras, de alimentos ou de trabalho levou trabalhadores à resistência espontânea (saques, invasões de cidades e de feiras públicas) que não apresenta características de continuidade. Possuem, mais acentuadamente, o caráter de lutas recorrentes que visam soluções imediatas para problemas graves e prementes. Como formas de lutas podem estar articuladas à organização sindical, mas não necessariamente.
- d) Os movimentos sociais rurais atuam em duas frentes de luta: 1. Contra a expropriação e pelo acesso à terra; 2. Pela melhoria nas condições de trabalho e de salário.

- e) As mobilizações de trabalhadores estão profundamente interligadas às transformações que, nos últimos anos, marcaram a estrutura sócio-econômica nordestina. Mudanças que atingem também as relações de poder, com a quebra de certos laços que prendiam o trabalhador rural aos donos de terra numa subordinação quase que pessoal. Mudanças que revelam uma visão de mundo desses trabalhadores que passam a identificar com maior clareza sua posição de classe e seus adversários, o que ocorre paralelamente a uma busca pela maior autonomia de suas organizações.
- f) O crescimento das mobilizações que se expressam sob formas de luta variadas, a depender do momento e dos segmentos sociais nelas envolvidos, contribui para a formação de uma imagem positiva do sindicato como instrumento de luta. E, nesse processo, vai se constituindo a identidade da classe trabalhadora do campo, unificando-se interesses não homogêneos - na medida em que convivem, como classe dominada do campo, vários segmentos - em torno de uma luta maior, pela terra e pelo salário, coordenada fundamentalmente pelos sindicatos rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1/ Ver OLIVEIRA, Francisco. Anos 70: as hostes errantes. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, 1(1):20-24, dezembro, 1984.
- 2/ Ver SILVA, Sérgio. **Estudos sobre a estrutura de produção e a questão agrária**. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1984 (Cadernos IFCH-UNICAMP, 11).
- 3/ Cf. SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais, um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis, Ed. UFSC, 1984, p. 20.
Cf. LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a questão urbana**, São Paulo, Martins Fontes, 1981, p. 298-299.
- 4/ Ver LOJKINE, Jean Op. cit., p. 298-299.
- 5/ Dentre a volumosa bibliografia sobre a seca, destacaria: CAVALCANTI, Clóvis e PESSOA, Dirceu. **Caráter e Efeitos da Seca Nordestina de 1970**. Recife, SUDENE/SIRAC, 1973. DOMINGOS NETO, Manuel e BORGES, Geraldo Almeida. **Seca Seculorum, Flagelo e mito na economia rural piauiense**. Teresina, Fundação CEPRO, 1983. FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. **As frentes de emergência e o movimento dos saques: atenuação e expressão do conflito**. IN: **Movimentos Sociais: para além da dicotomia rural-urbano**, João Pessoa, 1985. Recife, Centro Josué de Castro, 1985, p. 101-117. Fundação Joaquim Nabuco. **A seca nordestina de 1979-80**. Recife, 1983 (repro.).

- 6/ SORJ, Bernardo. **Estado e Classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p. 28 e REDWOOD III, John e CABRAL, Pedro Eugênio T. **Análise preliminar dos programas especiais de desenvolvimento rural que atuam em Pernambuco**. Recife, MDU/UFPE, 1981 (Texto para Discussão, 2), p. 90-93.
- 7/ Ver PANDOLFI, Maria Lia. O programa de emergência na seca de 1979-80 IN: **a Seca Nordestina de 1979-80**, op. cit., p. 108-153.
- 8/ OLIVEIRA, Francisco de. **Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes**. In: **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1978. p. 67.
- 9/ Ver GRZYBOWSKI, Cândido. **A resistência no campo; lutas e organização do campesinato** In: **Cadernos do CEAS**, Salvador, nº 94, nov/dez., 1984. p. 40-41.
- 10/ Sobre esse processo, ver SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos; estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo, Liv. Duas Cidades, 1979.
- 11/ A constituição dessas entidades é analisada em diversos trabalhos. Ver, entre outros: AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982 (Coleção Estudos sobre o Nordeste; v. 14); LESSA, Sônia Sampaio Navarro. **O movimento sindical rural em Pernambuco: 1958-1968**. Recife, 1985 (Dissertação de Mestrado-UFPE).
- 12/ Os saques têm ocorrido com certa regularidades ao longo das várias secas que assolam o Nordeste. Durante a última grande estiagem (1979-1984) foram registrados 91 saques apenas no Estado da Paraíba (ver Ana Maria Quiroga Fausto Neto. **As Frentes de Emergência e o movimento dos saques: atenuação e expressão do conflito no meio rural paraibano**, op. cit., p. 101-117. As invasões e ocupação de terras ainda não foram analisadas pelos estudiosos de maneira mais abrangente a permitir uma visão de conjunto. O mapeamento desses conflitos tem sido tentado pela Comissão Pastoral da Terra e Federações de Trabalhadores Rurais, tema sobre o qual existem publicados alguns relatórios: **Pela Vida no Nordeste** (CPT, 1984); **Lutas sociais no campo - 1980** (CONTAG); **A violência no campo pela mão armada do latifúndio** (CONTAG, 1981-1984). Com relação às mobilizações na área da Barragem de Itaparica, ver Maria Lia Pandolfi. **O sindicalismo e a luta camponesa em Itaparica** In: **Movimentos sociais: para além da dicotomia rural-urbano**, op. cit., -. 80-100.
- 13/ Ver Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 21 a 25 de maio de 1979.

- 14/ **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. As lutas camponesas no Brasil-1980.** Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero Ltda., 1981. (Col. Nossos Dias; v. 1).
- 15/ **Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, que estabelece critérios mínimos para a efetivação de uma Reforma Agrária.**
Outras manifestações devem ter ocorrido nesse ano, todavia não possuímos registro sistematizado sobre as mesmas.
- 16/ **Sobre a mobilização dos canavieiros, ver Lygia Sigaud. Greve nos Engenhos.** Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1980 (série Estudos sobre o Nordeste; v. 10).
- 17/ **Sobre a mobilização dos parceiros cearenses, ver o artigo de CARVALHO, Rejane Vasconcelos, pequenos produtores no Ceará: a mobilização em torno dos "Direitos".** IN: **Cadernos do CEAS**, Salvador, nº 79, maio/jun., 1982. p. 37-47.
- 18/ **A permanência de relações de dominação e subordinação bastante fortes - onde laços de parentesco ou de vizinha personalizam as relações, mascarando as contradições de classe - estabelece rígidas limitações à resistência camponesa nos sertões nordestinos. Fora os movimentos messiânicos do princípio do século e o cangaço, cujo ciclo se encerra por volta de 1940, a região sertaneja não assistia a mobilizações tão expressivas como as que ocorrem ao final dos anos 1970.**
- 19/ **CENTRU. Origem e proposta de educação.** Recife, 1984.
- 20/ **O movimento dos trabalhadores sem terra "é uma articulação de lavradores dentro do Movimento Sindical, que tem por objetivo lutar pela terra e pela Reforma Agrária".** Dentre os componentes da coordenação nacional encontram-se representantes da Bahia, Maranhão e Sergipe (**Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**. São Paulo, ano IV (47), setembro/1985)/
- 21/ **SOARES, José Arlindo. Os limites do novo sindicalismo no Nordeste.** IN: **Movimentos Sociais: para além da dicotomia do rural-urbano**, op. cit., p. 205.
- 22/ **Cf. MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. CONTAG: um balanço.** IN: **Reforma Agrária; Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária.** Campinas, v.11 (6):9-16. p. 15.

